

dos quantidades, fazendo naturalmente baixar o seu preço.

7. finalmente, iríamos transformar Juiz de Fôra em um grande centro exportador de minério de ferro, manganês, etc., para os dois centros industriais São Paulo e Rio de Janeiro e para as indústrias que se localizariam ao longo da via navegável. Havendo ainda a possibilidade de trazeremos o carvão do sul do País para esses mesmos centros, realizando assim a aproximação das jazidas de ferro e outros minérios às jazidas de carvão do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Terminando essas considerações sobre a navegação, convém lembrar ainda que este aspecto da utilização dos rios exige vazão relativamente diminuta, pois que, para se garantir uma navegação eficiente e econômica o que interessa é a manutenção de um calado e vazões reduzidas às necessidades das ecluzadas e quanto menor for a velocidade tanto mais econômico será a navegação.

Quanto à energia elétrica, segundo um estudo, bem orientado do Governo do Estado de São Paulo, que prevê a construção de várias barragens ao longo do rio Paraíba e em alguns de seus afluentes, obteríamos por meio das mesmas a regularização da vazão do rio além de obter em Caraguatubá por meio de desvio das águas dos rios Paraíba e Paraitinga, uma usina capaz de fornecer, sem a menor dúvida, uma potência contínua durante todo o ano da ordem de 600.000 CV.

Segundo o modo de pensar do engenheiro Barros Penteado, essa potência deveria ser reduzida a ordem de 500.000 HP; se tomarmos o fator de 0,7, segundo os cálculos do saudoso engenheiro Billings, podemos contar com 700.000 HP.

Seja como for, tomemos como certo que podemos aí contar com uma potência da ordem de 600.000 HP, desde que fiquemos na média dos números acima citados e note-se que esta potência é idêntica à potência atual de Cubatão que tem uma capacidade instalada de 448.000 kw, ou 610.000 HP.

É, sem dúvida, uma usina de grande vulto e a sua instalação representa a criação de enorme riqueza. Riqueza essa que, pode ser expressa em números de homens ou operários, equivalentes a energia obtida.

A construção das barragens e o desvio das águas acumuladas além de produzir essa considerável energia, viria atenuar os efeitos das enchentes do Paraíba.

A execução dessa obra, só por si, seria um programa de Governo e francamente não podemos atinar por que razão a Light and Power, empresa idônea que, sem dúvida, tem prestado grandes serviços a nossa Pátria, preferiu instalar usinas em Barra do Pirai, deixando de lado a de Guaraguatubá.

Realmente se compararmos as duas soluções podemos fazer as seguintes considerações:

1. com a usina de Caraguatubá desviaríamos apenas 50 m³ por segundo de águas armazenadas na bacia do Paraíba, deixando 8m³ por segundo no mínimo, que seriam logo a juzante acrescido dos volume dos afluentes: Putim, Guararema, Jaguari, etc., sem o menor inconveniente para a economia do Vale e até com vantagens por evitar as grandes enchentes.

2. com seu desvio teríamos uma potência de 600.000 HP em uma usina, ótimamente localizada em relação aos centros consumidores São Paulo e Rio e uma vazão a juzante de Santa Cecilia de 200 m³/segundo.

3. com o desvio em Barra do Pirai, temos um lançamento no mar de 160 m³ por segundo e um acréscimo de energia útil apenas de 300.000 HP.

4. se não tivessem construído a usina Nilo Peçanha, cujo funcionamento exigiu um desvio de 160 m³ por segundo da bacia do Paraíba para a vertente marítima, teríamos hoje, além da energia fornecida pela usina de Caraguatubá, uma vazão a juzante de Barra do Pirai de 200 m³ por segundo, em lugar de 40 m³ que deveríamos ter atualmente.

5. a usina de Nilo Peçanha é de tal ordem absurda que quando mais se necessita de energia, isto é, nos períodos de crise aguda não se pode trabalhar com as bombas elevatórias que acarretam no circuito uma carga de 140.000 HP.

Só essas considerações, se outras não houvessem, são suficientes para que se repita a pergunta: por que razão preferiu a Light construir a usina em Barra do Pirai e não em Caraguatubá?

Por que razão o Sr. Billings afirmou que a solução de Barra do Pirai é de interesse público e a de Caraguatubá não o é?

Seria interessante se pudéssemos saber que espécie de interesse público é esse. Nós francamente não podemos atinar. É um assunto de magna importância e creio que sobre ele devemos ser bem esclarecidos, uma vez por todas.

—(O)—

Uma vez regularizado o regime do rio, e consequentemente protegidas as terras marginais contra os efeitos das enchentes, teríamos realizado uma obra de grande envergadura e de tremendas consequências para o seu desenvolvimento agrícola.

Devido as enchentes, grande parte da superfície do Vale é inaproveitada e mesmo naquela onde o agricultor se arrisca, verificam-se grandes prejuízos, que em seu conjunto já foram calculados em cerca de 500 milhões de cruzeiros, por ano.

Com a regularização poder-se-á ampliar a área cultivável, fazendo com que a produção, apenas considerados quatro gêneros de cultura (arroz, feijão, batata e tomate) concorresse para um aumento de cerca de 400 milhões de cruzeiros, num ano, para a economia nacional.

Com esse desenvolvimento agrícola e consequente enriquecimento de seus habitantes, poder-se-á introduzir no Vale os modernos processos de agricultura e bem assim proceder às correções necessárias ao solo, etc.

Antevendo a possibilidade da utilização dessas extensas áreas, hoje praticamente perdidas, é que o DAEE, através de seu Serviço Regional, está procedendo a estudos e pesquisas, tendo por objetivo colher elementos seguros para os trabalhos de irrigação, correção do solo, drenagem, etc.

Encerrando esta palestra, seja-me permitido lançar um apelo a todos os brasileiros de boa vontade para que contribuam com todas as suas forças no sentido de se realizarem as obras projetadas para o Vale do Paraíba e que fará para que tenhamos um Brasil mais rico e mais feliz.

Nota da redação: O trabalho ora apresentado é o resumo de uma palestra proferida pelo ilustre engenheiro Plínio de Queiroz em uma reunião semanal do Rotary Club de São Paulo. Pela clareza de exposição e natureza do assunto que se relaciona inteiramente com a produção agrícola, pedimos venia para reproduzi-lo em nossa Revista.